

Jerônimo Rodrigues nega atrito com o MDB

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), descartou ontem qualquer tipo de atrito com o MDB, um dos principais partidos de sua base, após declarações do ex-ministro Geddel Vieira Lima, que afirmou nas redes sociais que o ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (União Brasil), poderá ser “extremamente competitivo” nas eleições estaduais de 2026. O petista afirmou que não viu as declarações do cacique, mas que considera a sigla do centrão como uma “parceira”. “Entendo o MDB como um partido parceiro, com todo o zelo, com cargos no governo, com minha companhia, e eles me acompanham nas agendas que tenho. Tenho um prazer muito grande de ter o MDB, que é um partido histórico, na minha base”, afir-

mou o governador durante entrevista coletiva no Quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, na Barroquinha, em Salvador. Em uma publicação feita no Instagram na semana passada, Geddel avaliou positivamente a força política do herdeiro carlista e marcou lideranças petistas como o senador Jaques Wagner, o secretário Adolpho Loyola e o próprio Jerônimo. Eu tenho dito que estou em uma fase da vida que me permito dizer o que penso, o que vejo, o que sinto. Passei uma semana viajando pelo interior da Bahia e sou forçado a reconhecer, pelo que vi, que, se realmente for candidato, o ex-prefeito de Salvador será extremamente competitivo, exigindo das forças que o MDB integra muita unidade, nenhum salto alto e redobrada atenção aos que comeram poeira quando poucos acreditavam”, escreveu o ex-ministro, ao lado de uma foto de Neto. Jerônimo minimizou qual-

quer mal-estar e reforçou que mantém diálogo permanente com os partidos aliados. “Eu estou recebendo as bancadas dos partidos na Assembleia, que foi um acordo feito em um almoço que nós tivemos, para fazer um balanço de final de ano. Já comecei a receber e, hoje, uma delas seria o MDB, para a gente poder afinar o que há de pendência de emendas e relacionamento dentro do ambiente. Eu sou desses, não trato de questões particulares no ambiente externo; primeiro eu dialogo e ouço os meus pares”, declarou. Durante a mesma ocasião, o governador também comentou brevemente as acusações que levaram à expulsão do vereador Sandro Filho (PP) do Movimento Brasil Livre (MBL). “Não é da minha alçada ficar avaliando o comportamento de vereadores, muito menos de entidades. Ele é um vereador, tem que se comportar como um vereador que honre as Câma-

Foto: Joa Souza/GOVBA



O GOVERNADOR da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), descartou ontem qualquer tipo de atrito com o MDB

ras de Vereadores, não só a de Salvador. Que ele honre o cargo e o povo que acreditou e votou nele”, afirmou Jerônimo. Literatura - A primeira edição da FLiCoité movimenta o município de Conceição do Coité nesta sexta-feira (14) e sábado (15), reunindo escritores, artistas, mestres da cultura e comunidades locais, sob o tema “Sertão dos Tocós: a história do lado de

cá”. A programação gratuita ocupa a Praça Theogenes Antônio Calixto, o Centro Administrativo e espaços parceiros com mesas literárias, exposições, cortejos, oficinas e apresentações culturais. O evento valoriza narrativas negras, indígenas e sertanejas, ampliando o acesso à produção literária regional. A participação dos estudantes da rede estadual ganha destaque em diversas

atividades da festa, resultado dos projetos estruturantes desenvolvidos pela Secretaria da Educação do Estado (SEC) ao longo do ano letivo. Eles apresentam criações no Festival Anual da Canção Estudantil (FACE), na Dança Estudantil (DANCE), no Encontro de Corais Estudantis (ENCANTE), no Festival de Teatro Estudantil (FESTE), nas Artes Visuais Estudantis (AVE), no TAL e outros.

SALVADOR

MBL anuncia nova diretriz após expulsar vereador

Foto: Antonio Queiros/CMS



O VEREADOR Sandro Filho foi expulso do Movimento Brasil Livre após ser alvo de polêmicas

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), Renan Santos, defendeu a criação de regras mais rígidas de controle interno no grupo após o episódio envolvendo o vereador Sandro Filho (PP), expulso da organização por conduta inadequada. Em artigo publicado na plataforma Valete nesta semana, o dirigente classificou o caso como um “fracasso” e afirmou que a experiência mostrou a necessidade de maior centralização e fiscalização sobre os filiados. Segundo ele, a postura do parlamentar, que teria enriquecido de forma

suspeita e se aproximado de figuras controversas, evidenciou os limites do modelo descentralizado adotado pelo movimento. “Não é possível construir um grupo político decente com práticas dessa natureza”, escreveu. Renan afirmou que, até então, o MBL evitava um sistema de “tutela” sobre seus membros, privilegiando a liberdade de ação dos núcleos locais e dos eleitos. No entanto, disse que a experiência com Sandro Filho e outros casos semelhantes, como o do ex-integrante Bettega, comprova que o “modelo liberal” de gestão interna não funciona na política brasileira. “Quanto mais livre, mais capaz de alianças múltiplas se torna o parlamentar.

Liberdade significa abandono de programa, flexibilidade para cumprimento e descumprimento de acordos, fluidez entre situação e oposição. Chega a ser curioso, mas o típico político brasileiro é deleuziano, pós-moderno e relacional, pouco afeito a sistemas normativos e hierarquias sufocantes”, ressaltou. O dirigente adiantou que o MBL está discutindo a criação de um código de ética e compliance para monitorar o patrimônio e as relações pessoais e comerciais dos parlamentares. “Queremos a certeza de que poderemos fiscalizar ganhos pessoais do parlamentar e seus parentes próximos; exigir abertura de contas bancárias e apresen-

tação de esclarecimentos sobre a montagem ou aquisição de empresas; explicações pormenorizadas sobre suas eventuais ‘parcerias’ com governos e prefeituras”, avaliou. Segundo ele, as reuniões da executiva nacional para tratar do novo código de conduta devem começar ainda nesta semana. Renan encerrou o texto dizendo que o movimento pretende usar os episódios recentes como ponto de partida para “um novo parâmetro ético na política partidária brasileira”. Em nota divulgada nas redes sociais após a expulsão, Sandro declarou que “a decisão do movimento de me afastar se deu a partir de acusações sobre minha conduta no mandato”.

Prefeito sanciona lei que autoriza uso da Bíblia como paradidático

O texto garante a liberdade, ressaltando que nenhum aluno será obrigado a participar

BRUNA ROCHA
ESTADÃO

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil-BA), sancionou nesta quarta-feira, 12, a lei que autoriza o uso da Bíblia Sagrada como recurso paradidático em escolas públicas e particulares da capital baiana. Conforme o texto publicado no Diário Oficial do Município, o objetivo da lei é promover o estudo do conteúdo bíblico sob os pontos de vista cultural, histórico, geográfico e arqueológico, podendo ser utilizado também como material de apoio em atividades pedagógicas. A Lei nº 9.893/2025 esta-

belece ainda que “as histórias bíblicas utilizadas deverão auxiliar os projetos escolares correlatos nas áreas de História, Literatura, Ensino Religioso, Artes e Filosofia, bem como outras atividades pedagógicas complementares pertinentes”. O texto também garante a liberdade religiosa, ressaltando que nenhum aluno será obrigado a participar das atividades, conforme previsto na Constituição Federal. Além disso, a norma determina que caberá ao Poder Executivo estabelecer os critérios, diretrizes e estratégias para viabilizar a leitura da Bíblia nas instituições de ensino. A implementação da lei será custeada com recursos

próprios do município, podendo receber suplementação orçamentária se necessário. O texto foi assinado por Bruno Reis em conjunto com o secretário municipal de Educação, Thiago Martins, e o secretário de Governo, Carlos Felipe Vazquez. A reportagem entrou em contato com a gestão municipal para saber quanto do orçamento será destinado às instituições que optarem por implantar a medida e qual fundamentação ou estudo foi utilizado para embasar a proposta, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto. COP - A Prefeitura de Salvador segue com a sua parti-

cipação na COP30, a maior conferência global sobre mudanças climáticas realizada pela ONU, que acontece em Belém (PA) ao longo desta semana, reunindo autoridades de mais de 190 países. Nesta quarta-feira (12), terceiro dia de evento, os representantes do município participaram de debates sobre governança climática, cooperação entre governos e setores, inovação na gestão da água e alimentação saudável. A capital baiana terá a oportunidade de coordenar um segundo painel na programação oficial da COP30, na sexta-feira (14), com o tema “Grandes Eventos e Ação Climática: cultura, resiliência e oportunidades”.

Foto: Betto Jr/Secom



BRUNO REIS instituiu o uso da Bíblia Sagrada como recurso paradidático sob os pontos de vista cultural, histórico, geográfico e arqueológico

Substitutivo de Derrite limita atuação do MP, dizem especialistas

LUCAS PORDEUS LEÓN
AGÊNCIA BRASIL

Especialistas em segurança pública avaliam que o quarto substitutivo do relator Guilherme Derrite (PP-PL) ao projeto de lei (PL) Antifacção pode limitar a atuação do Ministério Público (MP) contra o crime organizado ao afirmar, no artigo 5º, que os crimes previstos na lei são investigados por inquéritos policiais, sem mencionar as procuradorias. O professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC)

do Rio Grande do Sul e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rodrigo Azevedo, argumentou à Agência Brasil que o texto limita o modelo de investigação, reforçando o inquérito policial como via praticamente exclusiva. “Isso reduz o espaço para investigações próprias do Ministério Público, como as conduzidas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, e contraria o entendimento já consolidado do STF de que o MP tem poder investigatório. Segundo o professor, não há proibição explícita, mas a

estrutura procedimental criada pelo art. 5º transforma o inquérito na única via de investigação. O relator do projeto, quando questionado, disse que usou modelos de legislações semelhantes para escrever o texto e que consultou associações de procuradores para contribuir com a redação. Mesmo assim, prometeu ajustar o texto para não ficar dúvida quanto ao papel do Ministério Público no combate às facções e milícias no país. “Isso não existe. Meu parecer reforça o poder de investigação do MP e das polícias”.

ANDREIA VERDÉLIO
AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu, ontem, seus ministros que já foram governadores para tratar dos projetos sobre segurança pública em tramitação na Câmara dos Deputados. Lula pediu empenho desses ministros na articulação política para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, enviada pelo governo em abril, e do projeto de lei (PL) Antifacção, encami-

nhado no final de outubro. “Os ministros, claro, foram governadores, têm relação com os deputados das suas bancadas, conversam. Então, acho que isso também nos ajuda muito na articulação lá dentro do Congresso”, disse a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, em entrevista à imprensa no Palácio do Planalto, após a reunião com Lula. De acordo com a ministra, a intenção da reunião era ouvir a experiência de cada um deles sobre o tema e sobre a tramitação dos proje-

tos. “Foi uma reunião muito interessante e produtiva porque os nossos ministros ex-governadores reiteraram a importância da aprovação desses marcos legais”, acrescentou a ministra. Entre os pontos principais da PEC da Segurança Pública, o governo defende a integração das forças federais com as estaduais e municipais para “combater efetivamente” o crime organizado. “Isso dá condições de integrar o trabalho das forças de segurança desde o planejamento à ação”, disse Gleisi Hoffmann.